

Acordo da dívida fica para 27 MAI 1993 novembro

por Claudia Safatle
de Brasília

O governo brasileiro e o comitê de bancos credores firmaram um acordo, através do qual a escolha pelos bancos da opção pelos bônus ao par, entre os papéis disponíveis, não poderá superar 40% da dívida externa reestruturada, e no mínimo 35% das opções terão que ser pelo bônus de desconto.

Ontem ainda, o governo brasileiro solicitou — no mesmo telex que está sendo enviado aos cerca de novecentos bancos credores — o adiamento da data de conclusão do acordo externo (entendida como a data da troca de títulos velhos pelos bônus) do dia 31 de julho para até 30 de novembro próximo.

A "term-sheet", assinada em meados do ano passado, colocou como premissa para a troca de dívida velha por dívida nova a existência de um acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Como o acordo "stand by" está suspenso desde o ano passado e a nova equipe econômica deverá começar uma negociação com o FMI no próximo mês, o pedido de adiamento seria explicável.

O negociador da dívida externa, Pedro Malan, contudo, atribuiu essa solicitação a outras dificuldades, como a necessidade de um prazo de pelo menos dois meses para os advogados brasileiros e do comitê examinarem as minutas dos contratos definitivos, que serão assinados quando da emissão dos novos bônus.

O reequilíbrio das opções do acordo da dívida, a partir dos tetos fixados entre o governo brasileiro e o comitê de bancos, deverá ser obtido até o dia 9 de julho. Esse prazo, segundo Malan, foi determinado em razão da realização de reuniões de diretorias dos bancos credores em fins de julho.

Caso não seja possível obter o reequilíbrio acertado com o comitê de bancos, Malan informou que foram criados mecanismos automáticos e compulsórios de rateio. O telex, assinado pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e pelo vice-presidente do Citibank, William Rhodes, começou a ser enviado aos bancos credores ontem, juntamente com a documentação que trata desses mecanismos de rateio.

Malan espera que o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Winston Fritsch, que vai coordenar as negociações com o FMI, "faça enormes progressos nesses próximos dois meses junto ao Fundo".

(Ver página 20)